



EDITAL N° 01/2022 - SELEÇÃO ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POLO DE MAUÉS

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições, e conforme Resoluções que regulamentam o estágio de pós-graduação, n. 10/2019 – CSDPE/AM, e n. 26/2020-CSDPE/AM, torna pública a abertura da Seleção Pública para Estagiários(as) de nível de pós-graduação na sede do Polo de Maués, localizada no município de Maués.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do processo seletivo **bacharéis em Direito**, com comprovação via diploma ou declaração de conclusão de curso, de Instituição de Ensino Pública ou Privada, devidamente reconhecida pelo MEC **ou alunos matriculados no curso de Direito, no último ano de faculdade (9º ou 10º período ou o equivalente para cursos anuais)**, contanto que, **no ato da admissão, já sejam bacharéis**.

1.2. O processo seletivo ocorrerá pela seguinte fase: **realização de avaliação escrita, constituída por 02 (duas) questões discursivas, a serem respondidas em formato de redação dissertativa. Cada uma das respostas deverá contar com, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 40 linhas, conforme indicado no ponto “4. Avaliação”**.

1.3. Os critérios avaliativos serão compostos pelos seguintes itens:

- (i) **Uso da língua portuguesa (ortografia; sintaxe de concordância – verbal e nominal –, de regência – verbal e nominal – e de colocação pronominal; conexão textual); PESO 2,0**
- (ii) **Estrutura de texto argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão); PESO 2,0**
- (iii) **Adequação e razoabilidade da proposta de intervenção para o problema apresentado; PESO 3,0**
- (iv) **Noções gerais em relação à função da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. PESO 3,0**



1.4. A nota de cada questão será calculada com base na soma da pontuação obtida em cada item. Cada questão terá o valor de 10,0 pontos. A nota total e final será obtida a partir da média aritmética da pontuação atingida em cada questão.

1.5. No ato da admissão o candidato devidamente classificado deverá ser bacharel em Direito.

1.6. O Processo Seletivo se destina ao preenchimento de **2 (duas) vagas de estágio de Pós-Graduação, bem como à formação de cadastro reserva**, e terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 2 (dois) anos, a critério da Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

1.7. O Termo de Compromisso será celebrado por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que venha atendendo, satisfatoriamente, às necessidades da DPE/AM, não podendo exceder o limite de 24 (vinte e quatro) meses, exceto quando se tratar de estagiário que seja “pessoa com deficiência”, nos termos do art. 11, da Lei nº 11.788/2008.

1.8. A jornada de atividade em estágio de Pós-Graduação será de 30 (trinta) horas semanais, distribuídas em 6 (seis) horas diárias, pelo período da manhã, sem prejuízo das atividades discentes, no período de funcionamento da DPE/AM, conforme Resolução nº 010/2019 - CSDPE/AM.

1.9. Do total de bolsas de estágio, 10% (dez por cento) serão reservadas para pessoas com deficiência - PCD, na forma do art . 17, §5º da Lei nº 11.788/2008, desde que as atividades do estágio sejam compatíveis com a deficiência, a ser comprovada mediante laudo médico, apresentado em original ou cópia autenticada.

1.10. Do total de bolsas de estágio, 30% (trinta por cento) serão reservadas para pessoas que se autodeclararem negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas no ato da inscrição no processo seletivo, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro



de Geografia e Estatística IBGE, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato após a conclusão da inscrição.

1.11. O(a) candidato(a) autodeclarado(a) negro(a) será convocado(a) para entrevista pessoal com a Comissão Especial destinada a avaliar o seu pertencimento à população negra, após a publicação da lista com o resultado final de aprovados.

1.12. O(a) candidato(a) autodeclarado(a) indígena será convocado(a) para comprovar o pertencimento à população indígena perante a Comissão Especial, o que será realizado por meio da apresentação de ao menos um dos seguintes documentos: 1 - declaração de sua respectiva comunidade sobre sua condição de pertencimento étnico, assinada por pelo menos duas lideranças reconhecidas; 2 - documento emitido pela FUNAI que ateste sua condição.

1.13. A condição de quilombola dos(as) candidatos(as) deverá ser comprovada com certidão expedida pela Fundação Cultural dos Palmares, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato(a) após a conclusão da inscrição no certame.

1.14. As candidatas e os candidatos negros, indígenas, quilombolas e PcDs concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso. I - As candidatas e os candidatos negros, indígenas, quilombolas e PcDs aprovados(as) dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas. II - Em caso de desistência de candidato(a) negro(a), indígena, quilombola e PcD aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato(a) negro(a), indígena, quilombola ou PcD posteriormente classificado. III - Na hipótese de não haver número de candidatos negros, indígenas, quilombolas e PcDs aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

1.15. A nomeação das candidatas e candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que considerem a relação entre o número de vagas reservadas a candidatas e candidatos com deficiência, negros, indígenas ou quilombolas.



1.16. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos PcD's, negros, indígenas e quilombolas, deverão declarar o intuito no ato da inscrição.

1.17. Se não houver inscrição e/ou aprovação de candidatos dos grupos mencionados no ponto anterior, ou se o número de aprovados não atingir o limite a estes reservados, as vagas serão revertidas, no todo ou em parte, aos demais candidatos.

1.18. O acesso dos candidatos à reserva de vagas obedecerá ao regulamento do concurso público, na forma do art. 46 da Lei Complementar no 01/1990.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. O **período de inscrição** será de **21 de fevereiro a 04 de março de 2022, incluindo o último dia de prazo, por meio do e-mail defensoriamaues.estagio@gmail.com.**

2.2. A Inscrição será perfectibilizada com a entrega da documentação abaixo indicada via e-mail (defensoriamaues.estagio@gmail.com). O envio deverá ocorrer no período de **21 de fevereiro a 04 de março de 2022, incluindo o último dia do prazo**. A resposta de confirmação da inscrição será dada em até 24 horas. São documentos necessários para a inscrição:

I – Curriculum vitae (com telefone para contato);

II – Comprovante bacharel em direito, ou de matrícula da instituição de ensino, em sendo o caso;

III - Cópias do RG e CPF;

IV - comprovante de residência;

V – comprovante das três doses de vacinação para Covid-19.

Observação: Os candidatos(as) que desejarem concorrer às vagas destinadas às cotas (pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas, quilombolas ou PcD's) deverão informar tal fato expressamente no e-mail e no currículo.



2.3. As inscrições para os participantes da cota racial e das “pessoas com deficiência” - PCD’s deverão atender aos critérios estabelecidos nas disposições preliminares do presente edital.

2.4. O pedido de inscrição implicará o conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todas as normas e condições deste edital.

2.5. Ao candidato(a) poderá ser ofertada inscrição em pós-graduação junto à UFAM ou à UEA, como requisito para concessão da bolsa, a depender da disponibilidade das instituições mencionadas, via parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (ESUDPAM).

3. DA BOLSA

3.1. Ao estagiário de Pós-Graduação será oferecida bolsa mensal no valor de **R\$ 2.032,00 (dois mil e trinta e dois reais)**, e R\$ 167,20 (cento e sessenta e sete reais e vinte centavos) de vale transporte.

4. DA AVALIAÇÃO

4.1. A data de aplicação da avaliação está prevista para o dia 06 de março de 2022, com local e horário a definir, a ser informado mediante resposta ao respectivo e-mail de inscrição. Em caso de alteração da data de aplicação, os candidatos inscritos receberão e-mail informativo com antecedência mínima de 48 horas. Eventuais instruções para realização da prova serão fornecidas via e-mail, com antecedência mínima de 48 horas.

4.2. O processo seletivo ocorrerá pela seguinte fase: realização de avaliação escrita, constituída por 02 (duas) questões discursivas, a serem respondidas em formato de redação dissertativa. Cada uma das respostas deverá contar com, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 40 linhas. Os critérios avaliativos serão compostos pelos seguintes itens:

- (i) Uso da língua portuguesa (ortografia; sintaxe de concordância – verbal e nominal –, de regência – verbal e nominal – e de colocação pronominal; conexão textual); PESO 2,0**



- (ii) **Estrutura de texto argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão); PESO 2,0**
- (iii) **Adequação e razoabilidade da proposta de intervenção para o problema apresentado; PESO 3,0**
- (iv) **Noções gerais em relação à função da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. PESO 3,0**

4.3. A nota de cada questão será calculada com base na soma da pontuação obtida em cada item. Cada questão terá o valor de 10,0 pontos. A nota total e final será obtida a partir da média aritmética da pontuação atingida em cada questão.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. Estarão aprovados os candidatos e candidatas que, com a inscrição devidamente homologada, obtiverem pontuação mínima correspondente a 7,0 (sete).

5.2. Em caso de empate, terá preferência o candidato que tiver mais idade.

5.3. Os candidatos inscritos para a vaga reservada às cotas ainda participarão de entrevista com comissão de heteroidentificação em data, horário e local a definir, comunicada previamente mediante resposta ao e-mail fornecido no ato da inscrição.

6. DA CONVOCAÇÃO

6.1. O candidato aprovado será convocado por meio de edital a ser publicado no endereço eletrônico da DPE/AM, bem como através do endereço eletrônico indicado no ato da inscrição.

6.2. O candidato convocado receberá instruções para regularizar seu vínculo mediante e-mail ao endereço eletrônico informado no ato da inscrição.

6.3. O preenchimento das vagas de estágio ocorrerá de acordo com as necessidades da DPE/AM.



6.4. A definição e contratação do candidato ou candidata cotista fica condicionada à entrevista com a comissão de heteroidentificação, que poderá ser postergada para data posterior à do resultado final e da contratação dos demais candidatos.

6.5. O candidato convocado deverá apresentar a seguinte documentação:

I - **Duas** fotos 3x4;

II - Declaração de matrícula emitida pela instituição de ensino;

III - Certidão de Antecedentes Criminais: Estadual e Federal;

IV - Currículo;

V - **Duas** cópias dos seguintes documentos pessoais, que deverão ser conferidos com os respectivos originais:

a) Carteira de Identidade (RG)

b) CPF;

c) Comprovante Residencial.

d) Cópia do Cartão Bradesco ou Next.

6.6. Os candidatos que forem PcD's - “pessoas com deficiência” deverão apresentar laudo médico atestando a espécie, o grau ou o nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.

6.7. O Termo de Compromisso de Estágio deverá ser firmado em 4 (quatro) vias, assinadas pelo estagiário, se maior for, ou seu representante legal, se menor de 18 (dezoito) anos, pela instituição de ensino e pelo chefe da respectiva unidade gestora ou administrativa, ficando cada um dos subscritores com uma via do referido termo.

6.8. É de inteira responsabilidade do candidato manter seus dados pessoais atualizados para viabilizar os contatos necessários.

6.11. A aprovação no processo seletivo não gera direito subjetivo à convocação.

7. DOS RECURSOS



7.1. Será admitido recurso quanto à pontuação obtida na avaliação, bem como quanto ao resultado final da seleção, a ser interposto no prazo de 1 (um) dia útil, a contar da publicação da pontuação ou do resultado.

7.2. O recurso deverá ser elaborado por simples requerimento, com as respectivas razões, via e-mail (**defensoriamaues.estagio@gmail.com**).

7.3. A homologação do processo seletivo somente será submetida à Defensoria Pública Geral, após o julgamento de todos os recursos.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O Termo de Compromisso poderá ser rescindido a qualquer momento por conveniência das partes.

8.2. A realização do estágio de pós-graduação não estabelece vínculo empregatício do estudante com a Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

8.3. O processo seletivo terá validade de 1 (um) ano, prorrogável, a critério da DPE/AM, uma única vez, por igual período.

8.4. Será possível o pedido de final de fila, uma única vez, devendo este ser realizado por escrito após a convocação para assunção do cargo.

8.5. Quaisquer **informações** referentes ao processo seletivo poderão ser obtidas por meio do e-mail: **defensoriamaues.estagio@gmail.com**.

8.6. Todas as comunicações referentes ao processo seletivo serão realizadas por meio eletrônico, devendo o candidato verificar periodicamente o e-mail que informou no momento da inscrição, bem como acompanhar os informes nos sítios da internet indicados.



8.7. A divulgação do **Resultado final** do Processo Seletivo de Estágio será feita através do site www.defensoria.am.gov.br, no seu Diário Oficial Eletrônico.

RICARDO QUEIROZ DE PAIVA

Defensor Público-Geral

DANIEL BETTANIN E SILVA

Defensor Público

Coordenador do Polo de Maués

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Direito constitucional: conceito e objeto, origem, formação, conteúdo, fontes. 2. Constituição: tipologia, classificação. 3. Efetividade das normas constitucionais. 4. Do sistema constitucional: a Constituição como um sistema de normas. Os valores na Constituição. Dos preceitos fundamentais. Fins e funções do Estado. 5. Normas constitucionais: natureza, classificação, lacunas na Constituição, espécies e características, princípios jurídicos e regras de direito. Aplicação da Constituição no tempo e no espaço. Eficácia das normas constitucionais e tutela das situações subjetivas. Orçamento e reserva do possível. 6. Hermenêutica e interpretação constitucional. 7. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. 8. Poder constituinte: a) perspectivas históricas; b) Poder constituinte originário; c) poder constituinte derivado. 9. Controle de constitucionalidade: a) Supremacia da Constituição Federal; b) teoria da inconstitucionalidade; c) teoria da recepção; d) classificação do controle de constitucionalidade; e) o controle de constitucionalidade na Constituição Federal; f) Ação Direta de Inconstitucionalidade; g) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; h) Ação Declaratória de Constitucionalidade; i) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; j) Leis Federais 9.882, de 3/12/1999 e Lei 9868, de 10/11/1999; k) Controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal; l) técnicas de



decisões nos tribunais constitucionais; m) mutações constitucionais. II - 1. Organização do Estado: a) Formação, desenvolvimento, evolução, soberania; b) Estado Federal: conceito, surgimento, evolução, características e espécies; c) Da Organização do Estado Brasileiro: Da União; Dos Estados Federados; Constituição Estadual do Estado do Amazonas; Dos Municípios; Do Distrito Federal; Dos Territórios; Da intervenção federal e estadual; Limites à autonomia dos Estados Federados e Municípios. 6. Organização administrativa do Estado: a) Administração Pública: noção, princípios, normas e organização; b) Servidores públicos civis e militares: regime jurídico constitucional. 7. Organização funcional do Estado: a) princípio da separação dos poderes: essência, evolução, significado e atualidade; b) controles interorgânicos e funções típicas e atípicas de cada poder. 8. Poder Legislativo: a) funções, organização e funcionamento; b) Do Congresso Nacional. Atribuições do Congresso Nacional; c) Da Câmara dos Deputados; d) Do Senado Federal; e) Dos Deputados e Senadores; f) Das Comissões; g) processo legislativo; h) estatuto dos congressistas; i) Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. 9. Poder Executivo: a) Sistemas de Governo: presidencialismo e parlamentarismo e suas características; b) Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições; c) Ministros de Estado; d) Conselho da República; e) Conselho de Defesa Nacional. 10. Poder Judiciário: a) funções, organização, competências e funcionamento; b) estatuto da magistratura e seus princípios informativos; c) garantias institucionais da função judicial; d) precatórios; e) Supremo Tribunal Federal; f) Superior Tribunal de Justiça; g) Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; h) Conselho Nacional de Justiça; i) responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais; j) políticas públicas e controle jurisdicional; k) princípio da inafastabilidade do controle judicial e atos políticos interna corporis. 11. Funções essenciais à Justiça: a) Ministério Público: regime jurídico constitucional; b) Defensoria Pública: enquadramento constitucional, princípios, garantias institucionais e funcionais, missão como Custos Vulnerabilis, Defensoria Pública na Constituição do Estado do Amazonas; c) Advocacia Pública; d) Advocacia. 12. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. a) estado de defesa; b) estado de sítio; c) Forças armadas; d) Segurança pública. 13. Finanças públicas: a) normas gerais; b) orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária. 14. Ordem econômica e financeira: a) princípios gerais da ordem econômica; b) política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico; c) política agrícola e fundiária e reforma agrária; d) sistema financeiro nacional.



15. Ordem social: a) fundamentos e objetivos; b) seguridade social; c) saúde; d) previdência social; e) assistência social; f) educação, cultura e desporto; g) comunicação social; h) meio ambiente; i) família, criança, adolescente, jovem e idoso; j) índios; k) pessoas com deficiência.

III - 1. Direitos e garantias fundamentais: a) conceito, evolução, características, funções, titularidade, destinatários, colisão de direitos fundamentais; b) Direitos fundamentais em espécie; c) Limitações aos direitos fundamentais. 2. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. 3. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência e direito de petição. 4. Direitos sociais. Teoria geral dos direitos sociais. Classificação. Efetivação. 5. Da nacionalidade. 6. Direitos políticos e partidos políticos. 7. Tratados internacionais de direitos humanos e direito interno. IV - 1. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. V - 1. Súmulas e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

2. DIREITO ADMINISTRATIVO: Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes. Administração pública. Conceito e organização. Regime jurídico administrativo. Princípios expressos e implícitos. Poderes da Administração Pública. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso do poder. Poder normativo e Poder regulamentar. Poder de polícia. Poder disciplinar. Organização da Administração Pública. Administração Direta e Indireta. Autarquias, Fundações públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Agências, Consórcios Públicos, Entidades Paraestatais e o Terceiro Setor. Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Vícios. Classificação e espécies. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Procedimento administrativo. Serviços públicos. Conceito, características e classificação. Competência, regulamentação e controle. Princípios. Direitos e deveres dos usuários. Delegação do serviço a particulares. Formas de prestação e remuneração. Concessão, permissão, autorização. Revisão e extinção das espécies contratuais de prestação de serviços públicos. Bens públicos. Conceito, elementos e classificação. Regime jurídico dos bens públicos. Aquisição e espécies. Utilização e regime jurídico. Afetação e desafetação. Gestão e alienação. Agentes públicos. Conceito e classificação. Organização e regime jurídico funcional. Regime previdenciário. Responsabilidade administrativa, civil e criminal. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. Noções gerais sobre a responsabilidade extracontratual do Estado. Teorias sobre a responsabilidade e a irresponsabilidade do Estado. Responsabilidade por atos administrativos, legislativos e judiciais. Reparação do dano e direito de regresso. Intervenção



do Estado na propriedade. Fundamentos, competência e controle judicial. Desapropriação. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Atuação do Estado no domínio econômico. Liberalismo econômico e o intervencionismo. Fundamentos da ordem econômica. Formas de atuação do Estado. Estado regulador e executor. Monopólio estatal. A reforma do Estado. Disciplina e efeitos. Formas de parceria com a iniciativa privada. Parceria público-privada. Terceirização. Fomento. Contrato de Gestão. Termo de Parceria. Controle da Administração Pública. Conceito, fundamentos, natureza jurídica, objetivo e classificação. Controle político e administrativo. Controle social e participação na gestão administrativa. Controle e processo administrativo. Controle legislativo e Tribunal de Contas. Súmulas vinculantes e demais instrumentos de controle judicial. Improbidade administrativa. Prescrição e decadência no Direito Administrativo. Constituição do Estado do Amazonas. Lei Complementar Estadual nº 01/1990 (Organização da Defensoria Pública do Amazonas) e alterações posteriores. Lei Complementar Estadual nº 1.762/86 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas) e alterações posteriores. Lei Complementar Estadual nº 30/2001 (Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Amazonas) e alterações posteriores. Lei Ordinária Estadual 2.794/2003 (Lei de Processo Administrativo do Estado do Amazonas) e alterações posteriores.

3. DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Eficácia, conflito e interpretação das normas. Pessoa natural. Aquisição e extinção da personalidade. Direitos da personalidade. Nascituro. Embrião excedentário. Nome. Estado. Registro das pessoas naturais. Domicílio. Pessoa natural: capacidade e emancipação. Incapacidade. Suprimento da incapacidade. Tutela. Curatela. Internação psiquiátrica involuntária. Ausência. Administração de bens e direitos de incapazes. Pessoas jurídicas. Definição e natureza. Classificações. Registro. Nome. Domicílio. Prova. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Pessoas Jurídicas como titulares de Direitos Fundamentais. Pessoas jurídicas. Fundações. Associações. Organizações sociais. Fatos jurídicos: Conceito e Classificação. Aquisição, modificação, defesa e extinção de direitos. Negócio jurídico. Atos jurídicos - elementos essenciais, classificação e modalidades. Defeitos e invalidade dos atos. Função social das relações jurídicas. Prescrição e decadência. Atos ilícitos. Abuso do direito. Enriquecimento ilícito. Causas excludentes de ilicitude. Prova. Responsabilidade civil. Da Indenização. Liquidação dos danos. Responsabilidade civil por perda de uma chance. Bens jurídicos. Do



direito das coisas. Posse e propriedade: classificação, aquisição, perda e proteção. Função social e ambiental da posse e da propriedade. Direito das coisas. Direitos de vizinhança. Condomínio geral. Condomínio edilício (Código Civil, artigos 1.331 a 1.358; Lei n. 4.591/64). Direitos sobre coisa alheia: uso, usufruto, habitação e servidão. Direito de Superfície. Direito de Sobrelevação. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. Compromisso de venda e compra. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca. Direito das obrigações. Definição, fontes e classificação. Modalidades. Obrigações e solidariedade. Transmissão das obrigações. Cessão de Crédito. Assunção de dívida. Extinção das obrigações. Adimplemento: pagamento, pagamento em consignação; pagamento com sub-rogação; dação em pagamento, novação com sub-rogação, dação em pagamento; novação; compensação; remissão; confusão. Pagamento indevido. Inadimplemento das Obrigações. Mora. Juros. Correção monetária. Cláusula penal. Arras. Morte. Incapacidade superveniente. Prisão Civil. Atos unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Contratos. Generalidades. A função social dos contratos. Cláusulas Gerais dos Contratos e deveres anexos. Princípio da equivalência. Formação dos contratos: fases. Proposta no Código de Defesa do Consumidor. Contrato preliminar. Classificações dos contratos. Contratos atípicos. Interpretação dos Contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos. Exceção de contrato não cumprido. Teoria da imprevisão. Teoria da resolução por onerosidade excessiva. Teoria da Base objetiva do Negócio Jurídico. Adimplemento Substancial. Contratos em espécie. Compra e venda. Troca. Venda com reserva de domínio. Doação. Locação de coisas. Empréstimo, comodato e mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Corretagem. Transporte. Seguro. Fiança. Locação predial. Contrato de prestação de serviço de assistência e contrato privado de seguro de assistência à saúde. Código de Defesa do Consumidor. Registros Públicos. Parcelamento do solo urbano: Lei nº 6.766/79, Lei nº 10.257/01 e Lei nº 11.977/09. Entidades familiares. Origem e conceitos. Relações familiares plurais - fundamentos da diversidade. Princípios constitucionais da família. Princípios constitucionais aplicáveis às relações familiares. Casamento - habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres. Dissolução de sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Responsabilidade civil decorrente das relações familiares. Regime de bens, meação e sucessão. A teoria da desconsideração na partilha. Posse do estado de casado. União estável. Aspectos constitucionais e normas da legislação infraconstitucional. Características, estado, impedimentos, direitos e deveres. Meação e sucessão. A teoria da desconsideração na partilha. União de pessoas do mesmo sexo ou Direito Homoafetivo.



Relações de parentesco. Filiação. Proteção das pessoas dos filhos. Adoção. Reconhecimento de filhos. Denominações. Estado de filiação e origem genética. Princípio da afetividade. Alienação Parental. Princípio da paternidade responsável. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes. Poder familiar. Direitos sexuais e reprodutivos. Reprodução medicamente assistida. Planejamento familiar. Alimentos. Conceito. Natureza. Classificação dos alimentos. Características do direito alimentar. Características da obrigação alimentar. Origens e sujeitos das obrigações alimentares. Alimentos Gravídicos. Sucessão. Sucessão Legítima e Sucessão testamentária. Herança jacente. Herança vacante. Inventário. Partilha de bens e direitos. Direito do Idoso.

4. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015). 2. Constituição e Processo: 2.1. A Constitucionalização do processo. Princípios constitucionais no processo civil. 2.2. Conteúdo jurídico do direito de acesso à tutela jurisdicional do Estado. 2.3. Conteúdo jurídico do direito de defesa. 2.4. Direitos fundamentais e processo. 2.5. A busca pela efetividade do processo e as reformas processuais. 2.6. O provimento jurisdicional como instrumento de transformação social. 3. Normas de Direito Processual Civil: natureza jurídica, fontes, princípios processuais civis, interpretação e Direito Processual intertemporal. Princípios infraconstitucionais do processo civil. 4. Jurisdição: conceito, características, princípios e espécies. 4.1. Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos. 4.2. Competência. 5. Ação: teorias, classificação, elementos e cumulação. 6. Processo: pressupostos processuais, atos processuais, vícios dos atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, comunicação dos atos processuais. Preclusão. 6. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. Amicus curiae. Juiz e auxiliares da justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Custos Vulnerabilis. 7. Da tutela provisória. Tutela de urgência e tutela da evidência. Tutela antecedente e incidente. Estabilização da tutela provisória. 8. Procedimento comum: petição inicial, indeferimento da petição inicial, improcedência liminar do pedido, conversão da ação individual em ação coletiva, audiência de conciliação ou mediação, respostas do réu, revelia, providências preliminares e saneamento, julgamento conforme o estado do processo, audiência de instrução e julgamento, provas, sentença e coisa julgada. 9. Do cumprimento de sentença.



10. Do procedimento. Teoria geral do procedimento. Procedimentos especiais e procedimentos de jurisdição voluntária. 11. Provas. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. 12. Normas processuais civis e medidas tutelares: 12.1. No Estatuto da Criança e Adolescente; 12.2. No Estatuto do Idoso; 12.3. No Estatuto das Cidades; 12.4. Na Lei de Proteção e Defesa aos Portadores de Deficiência; 12.5. No Código de Defesa aos Consumidores. 13. Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 14. Processo de execução: espécies, procedimentos, execução provisória e definitiva. Execução para entrega de coisa, execução de obrigações de fazer ou de não fazer, execução por quantia certa, execução contra a fazenda pública, execução de alimentos. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Ações prejudiciais à execução. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução. 15. Processo nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais: ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais: incidente de assunção de competência, incidente de arguição de constitucionalidade, conflito de competência, homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória, ação rescisória, incidente de resolução de demandas repetitivas e reclamação. 16. Recursos e meios de impugnação. Admissibilidade e efeitos. Princípios. Apelação, agravos, embargos de declaração, embargos de divergência, duplo grau obrigatório, ação rescisória, mandado de segurança contra ato judicial, ação declaratória de inexistência de ato processual e querela nullitatis. Recursos nos Tribunais Superiores. Lei Federal n. 8.038/90. Repercussão Geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal n. 11.417/06. Precedentes: teoria geral, distinguishing e overruling. 17. Prerrogativas processuais da Defensoria Pública. 18. A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela provisória e tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual. 19. Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. 20. Processo coletivo. Ação civil pública. 21. Ação declaratória de constitucionalidade/constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito constitucional. 22. Habeas Corpus, Habeas Data e Mandado de Injunção. 23. Reclamação. 24. Ação popular. 25. Mandado de segurança individual e coletivo. 26. Ações da Lei de Locação dos Imóveis Urbanos: despejo, consignatória de aluguel e acessórios, renovatória e revisional. Postulação e defesa. 27. Ações possessórias e petitórias. 28. Ações de alimentos. Execução de alimentos. Lei de Alimentos e disposições do Código de Processo Civil. 29. Ações declaratória e negatória de



vínculo parental (em vida e póstuma). 30. Separação, divórcio direto e mediante conversão. Declaratória de união estável (em vida e póstuma). Separação e divórcio extrajudiciais. 31. Inventário judicial e extrajudicial. Arrolamento. Alvará. 32. Juizados Especiais Cíveis. Enunciados. 33. Assistência Judiciária: aspectos processuais. 34. Processo eletrônico.

5. DIREITO PENAL:

1. Direito Penal: conceito, evolução histórica, fontes, objetivos. As escolas penais. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. 2. A ciência conjunta do Direito Penal: dogmática penal, política criminal e criminologia. Sistema penal e controle social. As escolas criminológicas. 3. Constituição e Direito Penal. Princípios penais. Aplicação e interpretação da lei penal. 4. Teoria do delito: evolução histórica, elementos do crime. Bem jurídico- penal. 5. Tipicidade: tipo penal, conduta (ação e omissão), nexo de causalidade, resultado. Iter criminis. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Dolo. Culpa. Imputação objetiva. 6. Ilicitude: conceito. O injusto penal. Direito Penal e moral. Excludentes da ilicitude. 7. Culpabilidade: conceito, evolução histórica, estrutura. Princípio da culpabilidade. Culpabilidade e liberdade. Culpabilidade e periculosidade. Direito Penal do fato e Direito Penal do autor. Imputabilidade. Inexigibilidade de conduta diversa. Excludentes da culpabilidade. 8. Arrependimento posterior. Crime impossível. Concurso de agentes. Erro no Direito Penal. Punibilidade. Concurso de crimes. 9. Pena: evolução histórica, espécies, função, dosimetria. Teorias justificadoras da pena. Extinção da punibilidade. Suspensão condicional da pena. Reabilitação. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). 10. Direito Penal e saúde mental. Medidas de segurança: evolução histórica, conceito, espécies, execução. Lei nº 10.216/01. 11. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. 12. Legislação penal especial: crime organizado (Lei nº 9.034/95), crimes de trânsito (Lei nº 9.503/97), crimes ambientais (Lei nº 9.605/98), Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04), crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), crimes falências (Lei nº 11.101/05), lei de tortura (Lei nº 9.455/97), lei de drogas (Lei nº 11.343/06), crimes contra o consumidor (Lei nº 8.078/90), crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89), abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65), estatuto do idoso (Lei nº 10.741/03), crimes contra o parcelamento



do solo urbano (Leis nº 6.766/79 e 10.932/04), violência doméstica (Lei nº 11.340/06), crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90), lei das contravenções penais (Decreto-Lei nº 3688/41).

6. DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Princípios que regem o processo penal. 2. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal na Constituição Federal. 3. Direitos e garantias aplicáveis ao processo penal nos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. 4. Conceito e características do devido processo penal. 5. Conceito e características do processo penal inquisitório e acusatório. 6. Fontes do processo penal. 7. Lei processual penal no tempo e no espaço. 8. Interpretação da lei processual penal. 9. Sistemas de investigação preliminar. Inquérito policial. Identificação criminal. 10. Meios de obtenção de prova na persecução criminal. Busca e apreensão. Interceptação telefônica. Quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal. Delação premiada. 11. Ação penal de iniciativa pública e privada. Condições da ação. 12. Denúncia e Queixa-crime. Garantias do processo penal. 13. Ação civil ex delicto. 14. O papel da vítima no processo penal. 15. Jurisdição e competência. 16. Sujeitos processuais e Intervenções de Custos Legis e Custos Vulnerabilis. 17. O direito de defesa. Autodefesa e defesa técnica. 18. Interrogatório. 19. Questões e processos incidentes. 20. Prova. Ônus da prova. Procedimento probatório. Garantias aplicáveis à proposição, produção e valoração da prova. Meios de prova. 21. Indícios no processo penal. 22. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Prisão domiciliar. Relaxamento e liberdade provisória. Medidas cautelares diversas da prisão. 23. Medidas assecuratórias. 24. Citação, notificação e intimação. 25. Revelia e suspensão condicional do processo. 26. Aplicação provisória de interdições e medida de segurança. 27. Sentença penal e coisa julgada. 28. Emendatio libelli e mutatio libelli. 29. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Procedimento comum e especial. 30. Rito ordinário. Rito sumário. Rito sumaríssimo. 31. Juizados Especiais Criminais. 32. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. 33. Procedimentos especiais. 34. Nulidades. 35. Recursos. 36. Ações de impugnação. Revisão criminal. Habeas corpus. Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal. 37. Execução penal. Legislação federal e legislação estadual pertinente. 38. Aspectos processuais da legislação penal especial: abuso de autoridade; crimes hediondos; crimes praticados por organização criminosa; tortura; crimes de menor potencial ofensivo; proteção a vítimas e a testemunhas; desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher;



trânsito; meio ambiente; crimes de preconceito; lavagem de dinheiro; crimes contra as relações de consumo; crimes alimentares; estatuto do idoso. 39. Prerrogativas e garantias dos Defensores Públicos relacionadas com o processo penal: Lei Complementar Nacional nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e Lei Complementar do Estado do Amazonas nº 01, de 30 de março de 1990. 40. Regimentos internos dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Estado de Amazonas. 41. Assistência jurídica integral e gratuita: aspectos processuais.

7. LÍNGUA PORTUGUESA: Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. Domínio da ortografia oficial. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfossintática do período. Emprego das classes de palavras. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Emprego dos sinais de pontuação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo de crase. Colocação dos pronomes átonos. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.

8. LEGISLAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA: 1) A evolução histórica da prestação da Assistência Jurídica Gratuita; 2) O movimento universal do Acesso à Justiça e as "três ondas" de Cappelletti e Garth; 3) Modelos de Prestação de Assistência Judiciária e Jurídica Gratuítas; 4) A Assistência Judiciária Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita nas Constituições Brasileiras; 4) Panorama da Defensoria Pública no Brasil; 6) Defensoria Pública e democracia; 7) Defensoria Pública e sociedade civil: mecanismos de transparência, controle e participação social. Ouvidoria da Defensoria Pública; 8) Resolução 2656/11 da OEA; 9) O Estatuto Constitucional da Defensoria Pública e da Assistência Jurídica: diferenças e semelhanças em relação ao estatuto constitucional das demais carreiras do sistema de justiça; a Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 45; autonomias; independência funcional -



extensão e limites; vedações constitucionais; competência para legislar sobre a Defensoria Pública; o estatuto constitucional do servidor público; o controle externo das instituições e órgãos públicos; 10) Lei Federal nº 1060/50: contexto histórico; os benefícios da "justiça gratuita" e a assistência judiciária na lei federal e na Constituição Federal de 1988; 11) A Defensoria Pública no ordenamento jurídico federal; 12) Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e Territórios; 13) Lei Complementar Federal nº 80/94 e Lei Complementar Federal nº 132/09 - contexto histórico, vetos e conteúdo em vigor; 14) Lei Complementar Estadual nº 01/90: premissas, princípios, organização, atribuições e demais aspectos da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Amazonas; 15) Posições Processuais da Defensoria Pública (Representação postulatória; Legitimada ativa; litisconsorte; Custos Vulnerabilis; Amicus Curiae; Ami-cus Communitas; Legitimada extraordinária e substituta processual).

9. EXECUÇÃO PENAL: 1) Evolução histórica, crise alternativas. Lei de execução penal (Lei 7210/84), progressão de regime. Livramento condicional. Remição. Autorizações de saída. Disciplina na execução penal. Execução penal e direitos humanos. Tutela individual e coletivas de direitos na execução penal. Regras mínimas para o tratamento de pessoas presas: plano nacional e internacional de proteção. As regras de Mandela. Indulto e comutação (Decreto 8.615/15). 2) Aspectos processuais da legislação penal especial: abuso de autoridade, crimes hediondos, organização criminosa, tortura, crimes de menor potencial ofensivo, proteção a vítimas e a testemunha, desarmamento; lei de drogas; violência doméstica e familiar contra a mulher; trânsito; meio ambiente; crimes de preconceito; crimes contra as relações de consumo; estatuto do idoso; 3) Defensoria Pública como órgão de execução penal e Custos Vulnerabilis.